



A Imprensa e os Presidentes Brasileiros: Análise do Livro de Isabel Lustosa¹

Iaci Gomes PONTE²

Nair Elza Carvalho Mélo de ARAÚJO³

Antonio Carlos Pimentel Pinto JUNIOR⁴

Universidade da Amazônia, Belém, PA

RESUMO

A historiadora e pesquisadora Isabel Lustosa reuniu no livro “Histórias de Presidentes” a história de 19 presidentes brasileiros. O livro mostra como de, 1897 até 1960, apareciam nos jornais, charges e marchinhas de carnaval sobre esses personagens. Este artigo aborda a relação dos presidentes da República Velha com as revistas Malho, Careta e Cruzeiro. Também mostra o surgimento da subvenção no governo de Campos Sales, a “Lei Infame” de Arthur Bernardes e o poderoso DIP de Getúlio Vargas. A Semana de Arte Moderna e a o anarquismo, que aconteceram no governo de Epitácio Pessoa, também são lembrados.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; história; presidentes; imprensa.

1. Introdução

Isabel Lustosa dividiu seu livro de forma clara e seguindo uma ordem cronológica. Cada capítulo tem o nome de um presidente, com exceção daqueles que falam do começo e do fim do ciclo do Palácio do Catete. Ao lado do nome do presidente, a duração de seu mandato e o apelido ou aquilo que era mais usado pela imprensa para satirizar o governante.

A autora começa cada capítulo falando das condições da política na época em que cada presidente assumiu. Apresenta fatos curiosos, especialmente usando trovas e marchinhas de revistas e jornais da época, além das charges que estão em todo o livro.

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do Curso de Jornalismo do CESA-UNAMA, email: iacigp@hotmail.com.

³ Estudante do Curso de Jornalismo do CESA-UNAMA, email: n.araujo7@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do CESA-UNAMA, email: tonga.carlos@gmail.com.



A alguns presidentes Isabel Lustosa dedicou mais páginas, como é o caso de Hermes da Fonseca e Getúlio Vargas. Ambos têm muito material para discussão, como charges e marchas carnavalescas. A autora também fala dos dois presidentes que antecederam o ciclo do Catete, em dois capítulos finais.

Com experiência acadêmica e de trabalho na área de História do Brasil, a autora tem autoridade para falar com propriedade de imprensa e República. A cearense Isabel Idelzuite Lustosa da Costa é bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É também Mestre em Ciência Política e Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Lustosa dirigiu a área de pesquisa do Museu da República (1989/1990) e trabalhou no Patrimônio Histórico (1991/1992).

É autora de 11 livros, sendo que mais da metade trata de imprensa brasileira. Atualmente é sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Pen Clube do Brasil, centro que reúne escritores brasileiros e visa estimular a produção literária dentro do país.

O livro *Histórias de Presidentes: A República no Catete* tem tanto caráter informativo quanto de entretenimento. Mesmo sendo um levantamento histórico, a leitura não se torna chata. A pesquisa de Isabel Lustosa aborda um tema interessante, que é a representação que os nossos presidentes possuíam na mídia no período de 1897 a 1960.

Cada capítulo recebe por título o nome de um presidente e seu respectivo apelido veiculado na mídia da época. Charges, textos e músicas enriquecem as páginas. Além do foco no contexto político e histórias oficiais, o diferencial da obra se dá pela atenção aos fatos extraoficiais. Sendo assim, o livro abrange muito bem a história pública e a vida privada dos presidentes da época.

Ler sobre a vida, os costumes, as manias e os deslizes dos ocupantes do Palácio do Catete torna mais fácil a compreensão do período histórico em que governaram. A participação da imprensa nesse processo de organização da República foi muito importante e no livro pode-se ter uma noção da força que ela possuía. Mesmo limitada a veículos impressos não deixava de ser um canal difusor de opiniões.

O público alvo para o livro de Isabel não é muito restrito. É uma obra que pode ser facilmente apreciada por interessados na função da imprensa na República, por



amantes da história do nosso país, ou de admiradores dos antigos personagens políticos do país, ou simplesmente um leitor em busca de conhecimento através do texto leve.

2. A República Velha e a Imprensa: Como os Presidentes eram Satirizados?

No livro “Histórias de presidentes” percebem-se claramente quais os métodos usados pelos meios de comunicação para satirizar os presidentes que estiveram no poder de 1889 a 1930. Focando especialmente o impresso, observam-se muitas charges de todos esses governantes.

As fontes são diversas. Na época havia uma rica variedade de jornais e revistas que se especializavam nas sátiras dos presidentes, mostrando a veia humorística dos jornalistas da época. Algumas dessas publicações ganham mais destaque, por ter maioria das charges e marchinhas sobre alguns presidentes.

O mais comum nas charges, marchinhas e trovas era falar de algum defeito do presidente em questão que pudesse gerar o máximo de trocadilhos possíveis. Esse defeito podia ser físico ou referir apenas uma característica, um traço da personalidade que ele tinha antes de ser presidente.

É o exemplo de Eurico Gaspar Dutra, que governou entre 1945 e 1951. Gaspar Dutra sucedeu e precedeu Getúlio Vargas, e era conhecido como um homem de poucas palavras. A imprensa da época inclusive lhe deu o apelido de “Catedrático do silêncio”, e, de acordo com o livro, Gaspar Dutra “justificou a constância do seu silêncio declarando: ‘As palavras não foram feitas para serem gastas’”. (LUSTOSA, 2008)

Mas, ainda no livro, levanta-se a possibilidade de Gaspar Dutra ser calado devido a um defeito na sua fala, que o fazia trocar o c e o s pelo x. Esse defeito foi usado para muitas charges e outras sátiras do presidente, que não tinha problemas com todas as brincadeiras.

Como exemplo, temos o seguinte diálogo que na charge “Pronúncia Difícil”, mostrada no livro:

Dutra – Não extá voxê obxervando? O homem é expírito de imitaxão. Agora extá querendo o governo de união naxional que eu extbeleci...

Jeca – É, sim, sinhô. Ele só não consegue imitá o chiado... (THÉO, 1952)



2.1 Revista O Malho

A revista “O Malho” foi criada em 1902. Inicialmente era um jornal. Foi fundada pelo jornalista Crispim do Amaral, que também era cartunista. A especialidade da revista era satirizar fatos políticos, e tinha na equipe chargistas conhecidos como Angelo Agostini, que foi um dos primeiros cartunistas brasileiros.

A revista contava com um dos maiores chargistas do país: José Carlos de Brito e Cunha. Na verdade, J. Carlos, como era conhecido, trabalhou em várias outras revistas que forneceram material para o livro “Histórias de Presidentes”, como “Careta” e “O Cruzeiro”. Um dos principais presidentes satirizados pela “O Malho”, que parou de circular em 1930, foi Rodrigues Alves.

Um trecho do livro “*Histórias de presidentes*” mostra especialmente de como a revista retratava Rodrigues Alves. Ele governou de 1902 a 1906, depois de Campos Sales e antes de Afonso Pena. No livro, a autora diz:

Nas charges e caricatura de *O Malho*, o presidente é tratado com simpática irreverência (...). Rodrigues Alves teria se queixado a alguém de que o retrataram muito feio. A revista então brinca com a queixa do presidente, fazendo-o, através dos seus desenhistas, novo e bonito. De fato, Rodrigues Alves recebia essas brincadeiras com benevolência, e seu bom humor era tanto que, dizem, recortava e guardava suas caricaturas. (LUSTOSA, 2008)

A revista foi uma das que mais publicaram caricaturas de Rodrigues Alves, de acordo com Isabel Lustosa. Rodrigues Alves era comumente retratado como um dorminhoco, com roupão, robe ou pijama. Fama que adquiriu quando foi ministro da Fazenda, posto que diziam que ele passara na moleza.

2.2 Revista Careta

Entre as fontes citadas no livro “Histórias de presidentes”, a revista “Careta” tem um grande destaque. Alguns capítulos são formados por charges tiradas apenas das publicações dessa revista.

A revista “Careta” tinha caráter humorístico e circulou de 1908 a 1960. Foi fundada pelo jornalista e empresário Jorge Schmidt, que dirigiu a revista até 1935, ano de sua morte. Considerada uma publicação de ótimo padrão gráfico e editorial, a revista “Careta” vinha aproveitar os “novos artefatos técnicos de impressão e de ilustração que possibilitavam a circulação de um periódico composto basicamente por charges, caricaturas e fotografuras”. (NOGUEIRA, 2010)



Um presidente que conta com muitas sátiras da revista “Careta” é Hermes da Fonseca, que governou de 1910 a 1914, sucedendo Nilo Peçanha e antecedendo Venceslau Brás. Todas as charges de Hermes da Fonseca que aparecem no livro são da revista “Careta”, em geral eram feitas por J. Carlos.

As questões sobre Hermes da Fonseca mais frisadas pelos jornais tinham a ver com sua vida pessoal e relacionamento com as figuras mais próximas. Seu casamento com Nair de Teffé, trinta anos mais nova que ele, tornou-se um desses assuntos, embora nem tanto pela própria jovem esposa e, sim, pela figura do “Sogra”, o mordomo que cuidava dos assuntos pessoais de Hermes da Fonseca. Diz-se que, depois do casamento, o Barão de Teffé⁵ tirou esse poder das mãos do “Sogra”, que era tão conhecido a ponto de ganhar destaque em uma edição da revista “Careta”.

A relação política com o senador gaúcho Pinheiro Machado⁶ também era motivo de brincadeiras. A ideia de que Machado chegava a governar pelo presidente gerou uma ótima charge onde Hermes da Fonseca diz: “Que falta está me fazendo o Sogra! Ele era o Pinheiro da administração particular”. (J. CARLOS, 1914)

Por último, características pessoais de Hermes da Fonseca eram ainda mais faladas. A fama de burro e azarado perseguiu o presidente até o fim de seu mandato. De acordo com o livro “a fama de azarado de Hermes era tão conhecida que incorporou até uma nova palavra ao vernáculo: ‘urucubaca⁷’”. (LUSTOSA, 2008)

2.3 Revista O Cruzeiro

“O Cruzeiro” é uma revista de variedades. Das três faladas nesse artigo é a única que não possui apenas caráter humorístico, mas que possuía também seções de culinária, política, moda e etc. Começou a ser publicada em 1928 pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand e foi fundada pelo jornalista e historiador português Carlos Malheiro Dias. Parou de circular em 1975, desvio à concorrência com outras revistas, a chegada definitiva da televisão e do final do império de Chateaubriand.

A revista trouxe muitas inovações para os meios gráficos e visuais do país, como o fotojornalismo e a inauguração da dupla repórter-fotógrafo. Lançou uma dupla

⁵ Almirante Antonio Luiz von Hoonholtz recebeu o título de Barão de Teffé, dado por D. Pedro II. Era cientista e militar. (ATBT, 2007)

⁶ José Gomes Pinheiro Machado foi senador pelo Partido Republicano Rio-Grandense de 1890 até 1915. Teve grande participação política, sendo um dos principais responsáveis pela consolidação da República. (DUARTE, 2007))

⁷ No Dicionário Etimológico é má sorte ou o azar. Vem de urubu, ave do mau agouro. Em tupi, tragédia é uru, ave e wu, negro. E y-re-bur, fedorento.



famosa, David Nasser, jornalista, e Jean Manzon, fotógrafo. Na equipe de cartunistas famosos temos Ziraldo, que entrou na revista em 1957.

Ao cobrir o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, “O Cruzeiro” aumentou nove vezes o número de tiragem. Vargas, que teve dois mandatos, de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, foi umas das figuras prediletas dos chargistas da época:

Figura de contornos fáceis de captar e caricaturar, Getúlio mereceu atenção especial de quase todos os cartunistas do período. Se a complexidade do personagem escapava, muitas vezes, aos políticos e mesmo ao povo, era perfeitamente apreendida pela imprensa por meio de seus desenhistas de humor. (LUSTOSA, 2008)

O que era mais falado de Getúlio Vargas dizia respeito principalmente a sua astúcia e inteligência. A veiculação da imagem de Vargas em todo e qualquer lugar fez dele o “pai dos pobres”. Os cartunistas aproveitavam até a rotina do presidente para fazer sátiras.

3. Censura e Subvenção

Neste tópico o tema é tanto a repressão quanto o financiamento da Imprensa pelo estado republicano. Mostraremos como, na gestão de Campos Sales, surgem os primeiros sinais de associação entre o governo e jornais por meio de subvenções (ajuda financeira oficial dada aos jornalistas). Por outro lado, falaremos da censura praticada pelo governo principalmente na gestão de Artur Bernardes e Getúlio Vargas.

3.1 Campos Sales e as verbas secretas

Campos Sales governou de 1898 até 1902 e, segundo Medeiros e Albuquerque (1945), ele perverteu completa e irreversivelmente a imprensa com a prática de subvencionar os jornais que o apoiavam. Antes de chegar à presidência, sempre manteve uma estreita relação com a imprensa contribuindo com os jornais A Razão, Gazeta de Campinas, A Reforma, entre outros. Ao assumir o ministério da justiça, no governo de Deodoro da Fonseca, Campos Sales passou por situações delicadas com a imprensa pelo fato de os militares não aceitarem a liberdade dada aos jornalistas. O resultado desse atrito foi o empastelamento do jornal monarquista A Tribuna e o pedido de renúncia do presidente, que não foi aprovado.



Campos Sales escreveu um livro intitulado *Da Propaganda à Presidência*, onde dedicou um capítulo inteiro para falar sobre a imprensa e a polêmica das verbas secretas a ela destinadas. Ele justifica suas ações alegando que “faltava, pois, ao governo um órgão de vasta circulação, em que pudesse apoiar a sua política. Descortinar os seus intuitos, preparar a opinião e defender os seus atos.” (SALLES, 1998, p.174)

O mecanismo de financiamento ocorria da seguinte maneira: na pequena imprensa o presidente negociava diretamente com o indivíduo responsável pelo jornal. Já na grande imprensa, com características de empresa, o jornalista autônomo recebia dinheiro enquanto a empresa jornalística recebia negócios que gerariam lucro.

O governo de Campos Sales não apresentava liberdade de expressão para seus opositores. Ele se defendia dizendo:

“Era inevitável e fatal o recurso à imprensa industrial (...) Não corrompi a imprensa. Acatei sempre a que merecia o respeito do público. Tive, porém, a mágoa profunda de encontrar jornais e jornalistas desviados da sua grandiosa missão e que pareciam menos dispostos a ser instrumentos benéficos da opinião, do que a exercitar a ignóbil indústria das opiniões”. (SALLES, 1998)

Sempre haverá o interesse comercial na relação entre Estado e grande imprensa. Os moldes das negociações podem ter mudado, pois hoje a imprensa é muito mais abrangente.

3.2 Artur Bernardes e a Lei Infame

Artur Bernardes esteve no poder de 1922 a 1926 e foi o primeiro presidente a adotar medidas mais severas contra a imprensa. Antes de assumir a presidência, ainda durante as eleições, foram divulgadas cartas falsas atribuídas a Artur com severas críticas aos militares.

Seu governo foi rigoroso. Manteve o país em estado de sítio e censurou a imprensa. Através da chamada Lei Infame, criada por Adolfo Gordo, que invocava o lema “liberdade com responsabilidade”, jornais foram fechados. Seu alvo principal era a imprensa proletária, mas não deixou de atingir a imprensa alternativa e de oposição. O *Correio da Manhã*, jornal que veiculou as cartas falsas, foi fechado por Artur Bernardes,



assim como O Estado de São Paulo. Surgia a figura do censor dentro das redações. Jornalistas também foram presos e punidos, como Mário Rodrigues⁸, por exemplo.

3.3 Getúlio Vargas e o DIP

Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930. Até 1934, ele se manteve como chefe do governo provisório. Até 1937, como presidente eleito pela Assembleia Constituinte. Após o golpe de estado, ficou no comando do Estado Novo até 1945.

Em 1939 Getúlio criou o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda. Era o organismo responsável pelo controle do conteúdo dos jornais da época. A imprensa foi declarada de utilidade pública, o que obrigava todos os jornais a publicar comunicados do governo e punia qualquer crítica ao sistema político.

Jornalistas e jornais tiveram que se registrar no DIP e passaram a conviver com a figura do censor, que vistoriava cada uma das matérias antes de sua publicação. Vários matutinos foram encampados pelo governo ou sofreram intervenção, como ocorreu com O Estado de S. Paulo. O DIP chegou a assumir a direção d'O Estado quando, numa farsa, armas foram "apreendidas" na redação.

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi extinto em 1945, quando acabaram-se os primeiros quinze anos do governo de Getúlio. O cerco aos jornais ficou mais brando e a imprensa pôde respirar mais aliviada. Pelo menos até o período da Ditadura Militar, quando a censura e a repressão mostrariam seu lado mais violento.

4. Semana de Arte Moderna e o Jornalismo Anarquista

Isabel Lustosa cita (no capítulo referente ao presidente Epitácio Pessoa) a modernidade que o Brasil começava a apresentar na década de 1920: “Os anos 1920 marcaram o início da modernidade política e social brasileira. Caracterizada pelo crescimento das cidades, progresso industrial e aumento da população, essa década viu emergir uma classe média cada vez mais reivindicativa”. (LUSTOSA, 2006, p.139)

A Semana de Arte moderna é lembrada poucas linhas abaixo como um dos acontecimentos que movimentaram 1922, o ano que Lustosa acredita ter sido decisivo

⁸ Mário Rodrigues foi jornalista, nasceu no Recife e trabalhou em grandes jornais no Rio de Janeiro. Em 1924, quando era editorialista no Correio da Manhã, foi condenado a um ano, dois meses e dez dias de prisão por publicar artigos contra Arthur Bernardes e Epitácio Pessoa. Pai de Nelson Rodrigues e Mário Filho, também famosos jornalistas. (CASTRO, 2010)



para as transformações no Brasil. A “Semana de 22” – como chamam muitos estudiosos – aconteceu entre os dias 13 e 17 de fevereiro daquele ano, no Teatro Municipal de São Paulo. O ano foi escolhido propositalmente, já que se comemorava também o primeiro centenário de Independência do Brasil.

O Site da Escola mostra que o objetivo da Semana era “renovar o ambiente artístico e cultural da cidade com ‘a perfeita demonstração do que há em nosso meio em escultura, arquitetura, música e literatura sob o ponto de vista rigorosamente atual’, como informava o Correio Paulistano a 29 de janeiro de 1922”. Estavam expostas cerca de 100 obras de literatura, pintura, escultura, arquitetura e durante a noite aconteceram três sessões lítero-musicais.

Ferreira (1992) acredita que “para grande parte dos historiadores da literatura brasileira, a Semana de Arte Moderna foi fundamental para o Modernismo; e, para os críticos das artes plásticas, a Semana apresentou ao público as novas tendências européias”.

Martins e Imbrosi afirmam que: “Essa arte nova aparece inicialmente através da atividade crítica e literária de Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Mário de Andrade e alguns outros artistas que vão se conscientizando do tempo em que vivem”. A exposição de 1917 da artista plástica Anita Malfatti foi o marco inicial do Modernismo Brasileiro.

Malfatti havia passado pela Europa e Estados Unidos. Reproduziu em suas obras ideias vanguardistas. Monteiro Lobato foi um dos fervorosos críticos dessa nova forma de expressão, pois acreditava que a arte tem princípios imutáveis. Para mostrar sua insatisfação, Lobato publicou em 20 de dezembro de 1917, no jornal *O Estado de S. Paulo*, o artigo “A propósito da Exposição Malfatti”.

Boaventura narra que “desde os primeiros tempos do Modernismo brasileiro, os jornais e revistas serviram de espaço para a divulgação dos projetos do movimento que então se formava”. Oswald de Andrade e Mário de Andrade, os dois principais organizadores da Semana, escreviam desde meados de 1916 nos jornais Correio Paulistano, Jornal do Commercio e A Gazeta.

Oswald de Andrade escreveu no primeiro dia da Semana; “Nós, pelo acolhimento da platéia de hoje, julgaremos da cultura de nosso povo. Pois, sabemos, com Jean Cocteau, que quando uma obra de arte parece avançada sobre o seu tempo, ele é que de fato anda atrasado”.



A principal cobertura da Semana foi nos jornais. As revistas Fon Fon, Revista do Brasil e O Malho - que tinham grande público na época - não noticiaram nada, pois achavam que seria mais uma bagunça dos entusiastas. Souza, em artigo de 1992, lista as publicações que abordaram o evento: O Estado de SP, A Garoa, O Mundo Literário, A Gazeta Il Piccolo (internacional), Jornal do Commercio, Correio Paulistano, Folha da Noite, Fanfulla, A Vila Moderna, Le Messenger de São Paulo, Vida Paulista e A Careta (RJ)”

Este fragmento de um jornal não identificado demonstra a opinião geral que se tinha na época:

“Ao público chocado diante da nova música tocada na Semana, como diante dos quadros expostos e dos poemas sem rima... Sons sucessivos, sem nexos, estão fora da arte musical: são ruídos, são estrondos... são disparates como tantos e tão cabeludos que nesta semana conseguiram desopilar os nervos do público paulista, que raramente ri a bandeira despregada”.

A década de 1920 era palco de uma rápida transformação urbana, causada do processo de industrialização que começou com a I Guerra Mundial. Os imigrantes europeus começavam a substituir a mão de obra escrava e a massa operária se sentia injustiçada pelos baixos salários e carga horária elevada. Foi neste contexto que nasceu o Movimento Anarquista Brasileiro.

Rodrigues (1999) define que o anarquismo “não é exclusivamente uma organização de operários para operários, é ação de indivíduos que se opõem e dão combate ao capitalismo. (...) Não visualiza a igualdade metafísica ou de tamanho, força, necessidades, quer a igualdade de possibilidades, de direito e deveres para todos”. Os jornais A Lanterna, A Plebe e O Trabalhador tinham forte ligação com as ideias dos anarquistas.

A Semana de Arte Moderna e o Movimento Anarquista surgiram no mesmo intervalo de tempo (1917 – 1922). Mas, de acordo com Ferreira, os modernistas:

“Apesar de usarem a mesma retórica dos anarquistas – expressivamente simbolizada na apologia da liberdade, do moderno, da transformação social, da ação autônoma, os modernistas se contradizem: o discurso é revolucionário (como o dos anarquistas), mas, na prática, se amparam nas figuras da alta burguesia paulistana”. (FERREIRA, 1992, p.122)

Ainda segundo Ferreira, os dois movimentos não podem ser julgados simplesmente como “manifestação espontânea da classe operária” e “momento de



afirmação pessoal de ousadia de jovens intelectuais paulistas e cariocas”. Ferreira defende também que “esses movimentos são decorrentes daquele momento histórico que os explica e justifica. Foram orientados através da ação de seus intelectuais, por projetos e interesses de grupos sociais bem definidos: operariado e burguesia”.

5. Considerações finais

O livro de Isabel Lustosa é uma boa fonte de estudo. Quem gosta de história do jornalismo, ou simplesmente de história brasileira, não se arrepende ao consultar a obra. Como a autora enfatiza no prefácio de “Histórias de Presidentes”, as charges, marchinhas e publicações de jornal são maneiras diferentes de aprender história, pois são detalhes que geralmente são deixados à margem da história oficial – e nem por isso são menos importantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Medeiros e. **Quando eu era vivo**. Rio de Janeiro: Globo, 1945.

ALMTE ANTONIO LUIZ VON HOONHOLTZ - BARÃO DE TEFFÉ. Disponível em < <http://www.atbt.org.br/detalhe.asp?id=1>>

BOAVENTURA, Maria Eugênia (org.). **22 por 22**. A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CASTRO, Ruy. **O Anjo Pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 457 p.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Disponível em < <http://dicionarioetimologico.com.br/>>

DUARTE, Luis Antonio Farias. **Imprensa e poder no Brasil - 1901/1915**: estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS). Disponível em < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10470>>

FERREIRA, Maria Auxiliadora Tamiasso. **Anarquismo, anarquistas e Semana de Arte Moderna: o papel dos intelectuais**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. v. 7, n. V 1, jan/abr. 1992.



LUCA, Tania Regina de. **As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas.**

LUSTOSA, Isabel. **Histórias de Presidentes: A República no Catete (1827-1960).** Rio de Janeiro: Agir, 2008. 295 p.

MARTINS, S; IMBROISI, M. **Modernismo no Brasil.** Disponível em: <
<http://www.historiadaarte.com.br/semanade22.html>>

NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1908-1922): símbolo da modernização da imprensa no século XXI. **Miscelânea.** Assis: v. 8, jul/dez 2010.

REAL, Victor. **Propaganda política e a verba secreta destinada à imprensa no final do século XIX.**

RODRIGUES, Edgar. **História do Movimento Anarquista no Brasil.** Universo Ácrata. Florianópolis: Editora Insular, 1999.

SALLES, Campos. **Da Propaganda à Presidência.** Brasília. Senado Federal. Ed. Fac-similar, 1998. *Marcha do tempo: Campos Sales e a imprensa.* Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/iq071020035.htm>>

SEMANA DE ARTE MODERNA LITERATURA. **Notícias sobre o evento.** Disponível em: <
http://semanadeartemodernaliteratura.blogspot.com/2009_04_01_archive.html>

SITE DA ESCOLA. **Semana de Arte Moderna – 1922.** Disponível em: <
http://www.sitedaescola.com/aulas_inovadoras/ju/semanadeartemoderna.pdf>

SOUZA, Claudia Cruz de. O jornalismo e a crítica da Semana de 22. **Revista PJ:BR.** São Paulo, ed. 6, 2006.